



RIO DO SUL
Analista Judiciário/Área Judiciária/Especialidade Execução de Mandados, Classe A, Padrão 01
JACKSON TORRES, em vaga criada pela Lei nº 10.772/2003
Analista Judiciário/Área Judiciária/Sem especialidade, Classe A, Padrão 01
FABIANE BASTIANI TOSS, em vaga criada pela Lei nº 10.772/2003
LEANDRO HENRIQUE SAUSEN, em vaga criada pela Lei nº 10.772/2003
CLÉVERTON DUARA, em vaga criada pela Lei nº 10.772/2003
Técnico Judiciário/Área Administrativa-Judiciária/Sem especialidade, Classe A, Padrão 01
LARISSA NAPOLI DE LUCA, em vaga criada pela Lei nº 10.772/2003
SUSAN CRISTINE JOSINO, em vaga criada pela Lei nº 10.772/2003
NATALIA GOMES VIEIRA, em vaga criada pela Lei nº 10.772/2003
RONIVALDO DE OLIVEIRA PROENCA, em vaga criada pela Lei nº 10.772/2003
II - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador Federal NYLSON PAIM DE ABREU

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIAS DE 1º DE AGOSTO DE 2005

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, em exercício, no uso de suas atribuições regimentais (art. 21, incs. XVII e XLI), resolve:

Nº 129 -

I - revogar a Portaria n. 93, de 18 de março de 2003;
II - designar o servidor SERGIO LUIZ MARIANO DE ALMEIDA, Analista Judiciário, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Administração deste Tribunal, código CJ-03.

Nº 130 -

I - revogar a Portaria n. 43, de 10 de março de 2004;
II - designar o servidor CARLOS VENÍCIUS FERREIRA RIBEIRO, Técnico Judiciário, para exercer o cargo em comissão de Diretor-Geral deste Tribunal, código CJ-04.

Desembargadora ISAURA MAIA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO

ATO Nº 151, DE 5 DE AGOSTO DE 2005

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que preconiza o artigo 33, inciso I, da Lei nº 8.112/90, com as novas alterações dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97, e tendo em vista o Processo TRT nº 1925/2005, resolve:

exonerar, a pedido, a contar de 27.04.2005, o servidor CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA, do cargo da carreira judiciária de Técnico Judiciário - Área Serviços Gerais - Transporte, Classe "C", padrão 14, integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal.

ANTONIO MARQUES CAVALCANTE FILHO

8ª REGIÃO

ATO Nº 151, DE 8 DE AGOSTO DE 2005

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 37, inciso XXVII, do Regimento Interno deste Tribunal, e CONSIDERANDO a deliberação do Egrégio Tribunal, em sessão de 23.5.2005, e o que consta do Processo TRT Nº 415/2005; CONSIDERANDO o adiamento da instalação da MM. 3ª Vara do Trabalho de Macapá, de 19.8.2005 para 26.8.2005, resolve:

Alterar o Ato nº 149, de 3.8.2005, publicado na página 39, seção 2 do Diário Oficial da União de 5.8.2005, para que passe a vigorar, como a seguir:

Remover nos termos do artigo 654, § 5º, letra "a", da Consolidação das Leis do Trabalho, os Exm's Srs. Juizes do Trabalho abaixo relacionados, a partir de 26.8.2005:
Exmº Sr. Dr. OCÉLIO DE JESUS CARNEIRO DE MORAIS, do cargo de Juiz Titular da MM. Vara do Trabalho de Santarém, para o cargo de Juiz Titular da MM. 3ª Vara do Trabalho de Macapá, em decorrência da instalação da referida Vara do Trabalho, criada pela Lei nº 10.770/2003;

Exmº Sr. Dr. RICARDO ANDRÉ MARANHÃO SANTIAGO do cargo de Juiz Titular da MM. Vara do Trabalho de Itaituba, para o cargo de Juiz Titular da MM. Vara do Trabalho de Santarém, em decorrência da remoção do Exmº Sr. Dr. Océlio de Jesus Carneiro de Moraes para a MM. 3ª Vara do Trabalho de Macapá. Publique-se e registre-se.

LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA

10ª REGIÃO

PORTARIAS DE 9 DE AGOSTO DE 2005

O Diretor-Geral Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de sua competência delegada pela PORTARIA PREDGA Nº 209/2004, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 3029/2005, resolve:

Nº 367 - Designar a servidora MARIA DE JESUS BARBOSA DA SILVA, Técnico Judiciário, Classe "C", Padrão 15, Área Serviços Gerais, Especialidade Atendimento, para exercer a função comissionada de Assistente 1, Código FC-01, da Diretoria-Geral Administrativa, com lotação na Divisão de Material e Patrimônio.

O Diretor-Geral Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de sua competência delegada pela PORTARIA PREDGA Nº 209/2004, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 2963/2005, resolve:

Nº 368 - Designar a servidora ANNA CHRISTINA ANDRADE BUKOW NATAL, Técnico Judiciário, Classe "A", Padrão 1, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 5, Código FC-05, da Vara do Trabalho de Tocantinópolis-TO.
RODRIGO CURADO FLEURY

RODRIGO CURADO FLEURY

20ª REGIÃO

ATO Nº 73, DE 8 DE AGOSTO DE 2005

O JUIZ-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

1. Designar o servidor NEZILDO DE JESUS SANTOS para funcionar como Ordenador de Despesa, sendo substituído, nos seus impedimentos legais e eventuais, sucessivamente, pelos servidores SÉRGIO SANTANA DE MATOS e ELIZABETH CHRISTINA MELO DE BRITTO MARQUES.

2. Determinar que assine os documentos de despesa, em conjunto com o Ordenador de Despesa, o Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças - GIVALDO COSTA NASCIMENTO - sendo substituído, nas suas ausências legais, sucessivamente, pelos servidores AÉLIO FÁBIO OLIVEIRA DE AMORIM, Subdiretor do SOF, e REMO ANDRADE SILVA, Chefe do Setor de Controle de Saldos e Registros no SIAFI.

3. Este Ato entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, cessando, em consequência, as designações constantes do Ato GP.Nº 013/2005.

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

23ª REGIÃO

PORTARIAS DE 29 DE JULHO DE 2005

O JUIZ-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 2º, do Regimento Interno, e considerando o expediente protocolizado sob o n. 063362/2005, resolve:

Nº 828 - I - Colocar a servidora JANE DE OLIVEIRA SILVA ACOSTA, Técnico Judiciário, Matrícula 308.23.026, à disposição do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir de 12 de agosto do corrente ano, com ênus para este Regional.

II - Conceder o prazo de 30 (trinta) dias de trânsito, a contar da data supracitada.

O JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 2º do Regimento Interno, e considerando o contido no Ofício n. 344/2005 - PRE-DGA - TRT da 10ª Região, resolve:

Nº 829 - Prorrogar a cedência da servidora NÁDIA BRAGGIO STAMM, Técnico Judiciário, Matrícula 308.23.215, ao Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir de 30 de agosto do corrente ano, com ênus para este Regional.

ROBERTO BENATAR

ATOS DE 4 DE AGOSTO DE 2005

O JUIZ-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o Ato TRT/DG/GP - 095/2005, e considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, resolve :

Nº 101 - Nomear a candidata ANTONIA MONICA FRANÇA para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, Nível Superior, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei nº 10.770/2003, em decorrência do Ato TRT/DG/GP - 095/2005, publicado no DOU em 25.07.2005, que declarou vago o cargo ocupado pelo servidor Flávio de Jesus Loiola.

O JUIZ-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, resolve:

Nº 102 - Nomear os candidatos abaixo relacionados para exercerem os cargos efetivos de Analista Judiciário, Nível Superior, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criados pela Lei n. 10.770/2003:

RILDO MENDES DOS SANTOS
JOSE ROBERTO SALES DUARTE
FLAVIO SILVEIRA CASTOR
LETICIA DE AZEVEDO CAVALCANTI

ROBERTO BENATAR

Edital e Avisos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

EDITAL Nº 4, DE 9 DE AGOSTO DE 2005 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ADVOGADO DA UNIÃO

O CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 7º, inciso I, e 21, § 5º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto no art. 44 da Resolução nº 1, de 14 de maio de 2002, e considerando a Portaria nº 710/AGU, de 4 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2005, Seção 2, páginas 3 a 5, que trata da nomeação dos candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos de Advogado da União de 2ª Categoria, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, resolve:

Art. 1º Convocar os candidatos nomeados pela Portaria nº 710/AGU, de 2005, para:

I - escolha de vagas, a recair sobre as localidades constantes do Anexo, segundo sua ordem de preferência; e

II - indicação da ordem de preferência de todas as unidades de lotação de cada localidade escolhida nos termos do inciso I.

Art. 2º As opções dar-se-ão unicamente por meio eletrônico, das 8 h do dia 15 até as 18 h do dia 19 de agosto de 2005, horário de Brasília, mediante escolha das localidades e indicação de unidades de lotação no sistema disponibilizado no endereço www.agu.gov.br.

Parágrafo único. As opções dar-se-ão unicamente por meio eletrônico, dentro do prazo de escolha de vagas, segundo as orientações disponibilizadas no sistema.

Art. 3º As vagas objeto de disputa serão atribuídas segundo a ordem de classificação dos nomeados.

Art. 4º Findo o processamento, a Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União encaminhará a relação da escolha de vagas ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, que a enviará imediatamente ao Advogado-Geral da União.

Art. 5º O candidato que não atender à convocação, nos termos deste Edital, perde o direito à escolha de vaga.

MOACIR ANTONIO MACHADO DA SILVA
Procurador-Geral da União
Presidente do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União - Substituto

AIRTON BUENO JÚNIOR
Procurador-Geral da Fazenda Nacional - Adjunto

MANOEL LAURO VOLKMER DE CASTILHO
Consultor-Geral da União

ELMAR LUÍS KICHEL
Corregedor-Geral da Advocacia da União - Interino

MANUEL DE MEDEIROS DANTAS
Advogado da União

SÉRGIO LUIZ RODRIGUES
Procurador da Fazenda Nacional